



ENTRE RIOS, CUIDADOS E RESISTÊNCIAS: MATERNIDADES AMAZÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DE DEVIR-INFÂNCIAS DE DIREITOS

**Between rivers, care, and resistance: amazonian motherhoods and the construction of
childhoods as a process of rights**

Carolina Brandão GONÇALVES

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

cbgoncalves@uea.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9527-6322> 

Maria Lúcia do Nascimento de OLIVEIRA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

lucia79.mary@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4977-9006> 

Aisla Yasmin Monteiro dos Santos COSTA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

aymdsc.edc25@uea.edu.br

<https://orcid.org/0009-0005-4185-0874> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

No contexto amazônico, compreende-se o maternar como uma prática coletiva, decolonial e de resistência. Nesse sentido, este texto aborda a maternidade e a infância como construções sociais, históricas e culturais, questionando a ideia de que o cuidado é um instinto natural das mulheres. A pesquisa tem como questão central entender como as maternidades amazônicas produzem práticas de cuidado e resistência na construção de infâncias de direitos. Para tanto, pretende-se analisar essas práticas e examinar a infância como construção social, além de compreender as maternidades como exercício de resistência atravessadas por relações de poder e refletir sobre experiências de devir-mãe e devir-tia. Tendo em vista esses objetivos, adotou-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e narrativas autobiográficas. Conclui-se que o maternar, nesse contexto, vai além da sobrevivência, constituindo-se como realidade de resistência e produção de sentidos que contribuem para a garantia dos direitos das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidades. Amazônicas. Devir-Infâncias. Devir-Mãe. Devir-Tia.

ABSTRACT

In the Amazonian context, motherhood is understood as a collective, decolonial practice of resistance. In this sense, this text addresses motherhood and childhood as social, historical, and cultural constructs, challenging the notion that caregiving is a natural instinct of women. The central question of this research is to understand how Amazonian mothers produce practices of care and resistance in the construction of childhoods grounded in rights. To this end, the study aims to analyze these practices and examine childhood as a social construct, as well as to understand motherhood as an act of resistance shaped by power relations and to reflect on the experiences of becoming a mother and becoming an aunt. With these objectives in mind, a qualitative approach was adopted, incorporating a literature review and autobiographical narratives. We conclude that mothering, in this context, goes beyond mere survival, constituting a reality of resistance and the production of meanings that contribute to guaranteeing children's rights.

KEYWORDS: Motherhood. Amazonian women. Becoming-Childhood. Becoming-Mother. Becoming-Aunt.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre maternidade e infância têm ocupado espaço crescente no campo das ciências humanas e da Educação. Esse contexto dialoga diretamente com os estudos feministas propostos por Badinter (2011), no livro *O conflito: a mulher e a mãe*, que discute as infinitas formas de maternar; Ribeiro (2021), na obra *Cartas para minha avó*, que discute a criação dos filhos em uma sociedade racista; e Rich (1986), com seus poemas feministas sobre a maternidade. Além disso, têm-se as perspectivas interseccionais de bell hooks e a sociologia da infância, alicerçada sobretudo em autores como Corsaro (2011) e Sarmiento (2011).

As contribuições dessas autoras e autores não apenas ampliam o debate sobre maternidade e infância, mas evidenciam que ambas constituem categorias historicamente produzidas por disputas sociais, políticas e culturais. Assim, este trabalho aproxima os estudos feministas da sociologia da infância, a fim de compreender que o cuidado, longe de representar um atributo natural das mulheres, configura-se como prática social atravessada por relações de poder, enquanto a infância é entendida como experiência social produzida nas interações, nas políticas públicas e nas condições concretas de existência.

Tendo em vista esse contexto, é válido ressaltar que o campo da educação tem contribuído para tensionar concepções naturalizadas, como a crença inquestionável no instinto materno, o qual está historicamente associado à responsabilidade quase exclusiva das mulheres em relação ao cuidado das crianças e à reprodução da vida cotidiana. Dessa forma, a maternidade foi, por muito tempo, concebida como um destino biológico feminino.

No entanto, as contribuições advindas do pensamento feminista problematizam essa perspectiva ao evidenciar que tal concepção resulta de construções históricas, sociais e culturais que instituíram expectativas específicas acerca do papel que as mulheres exercem na família e na sociedade. Nesse sentido, compreender a construção histórica do papel feminino na sociedade permite um olhar diferenciado e crítico sobre o que é esperado da mulher e o potencial que ela tem para além das expectativas sociais, distanciando-se, assim, o “viés naturalista” (Ávila, 2020, p. 3).

Ao deslocar essas reflexões para o contexto amazônico, emergem novas camadas de análise, tendo em vista a realidade local, os fatores climáticos e a diversidade cultural. A Amazônia, marcada por intensa diversidade cultural e ambiental, é também atravessada por desigualdades socioespaciais e econômicas. Nesse contexto,

compreender as maternidades amazônicas exige ultrapassar análises universalizantes sobre o cuidado, uma vez que, conforme argumenta Segato (2012, p. 4), “[...] em um ambiente dominado pela episteme da colonialidade e sob a hegemonia dos discursos dos direitos universais, não resta margem para defender a autonomia em termos de cultura [...]”, ou seja, os modelos hegemônicos ignoram as dinâmicas e hierarquias locais.

As especificidades territoriais, culturais e políticas da região produzem formas próprias de organização da vida, em que o cuidado frequentemente se constitui em redes familiares e comunitárias, desafiando modelos eurocentrados de maternidade. Fatores como a precarização de acesso às políticas públicas de saúde e educação, a falta de saneamento básico e as distâncias geográficas impostas pela logística fluvial ou pelas dinâmicas das periferias urbanas impactam diretamente o cotidiano do cuidado. Nesses cenários, a maternidade exige um esforço logístico e emocional redobrado para garantir a sobrevivência e o bem-estar das crianças.

Atravessadas por territorialidades, condições materiais e processos sociopolíticos específicos, o maternar, nesses espaços, atua contrapondo-se aos paradigmas hegemônicos e ao eurocentrismo de família nuclear, evidenciando formas decoloniais e coletivas de cuidado e resistência. Em uma grande cidade Amazônica, o maternar não corresponde necessariamente às experiências de mulheres que vivem em comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais ou em territórios marcados por diferentes formas de isolamento e desigualdades, envolve experiências diversas. Nesse contexto, o território constitui dimensão fundamental para compreender as diferentes formas de cuidado, que ultrapassam a família nuclear.

Como aponta Rios e Lima (2020, p.133), “[...] preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, procuram se organizar coletivamente [...]”. Assim, a organização comunitária e as redes informais integradas por tias, avós e outros sujeitos expressam uma tecnologia social ancestral de resistência e proteção social que produz pertencimento e vínculo em meio às desigualdades territoriais.

Diante do exposto, coloca-se a seguinte questão norteadora: como as maternidades amazônicas produzem práticas de cuidado e resistência que contribuem para a construção de devir-infâncias de direitos? Para responder a essa indagação, traçou-se como objetivo geral: analisar como as maternidades amazônicas produzem práticas de cuidado e resistência na construção de devir-infâncias de direitos. Como objetivos específicos, estabeleceu-se: 1) examinar as concepções de infância como construção social, fundamentando a noção de devir-infâncias de direitos no contexto

amazônico; 2) compreender as maternidades como práticas sociais, políticas e atravessadas por relações de poder, destacando os tensionamentos entre cuidado, opressão e resistência; 3) refletir, a partir das narrativas e experiências de mãe e tia no contexto amazônico, sobre desafios e sentidos atribuídos à maternidade.

Coerente com os objetivos apresentados, este estudo configura-se como pesquisa qualitativa. Para responder às questões propostas, foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual, segundo Severino (2007, p. 122), “[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses [...], utiliza-se de dados ou de categorias teóricas”.

Ademais, considerando as especificidades das experiências do maternar na Amazônia, buscou-se fundamentação teórica em autores e obras relevantes no campo dos estudos da infância, tais como: Ariès (1986), Sarmiento (2011), Corsaro (2011) e Rosemberg (2006). Por meio desses autores, discorre-se sobre como as maternidades, principalmente no contexto amazônico, são construídas a partir das práticas do cuidar e das estratégias de resistência e configuram as formas de devir-infância de direitos reafirmando identidades.

Para a composição da terceira seção, foi desenvolvida a escrita de memórias e narrativas das experiências de mãe e tia, a fim de compreender como o maternar se manifesta em suas trajetórias de vida. Nesta seção, adota-se a escrita em primeira pessoa, por se tratar de um relato de caráter autobiográfico. Como instrumentos de produção e registro dos dados, foram utilizados notebook, caderno de anotações, lápis, borracha, acesso à internet, além de livros e artigos científicos em formatos físico e digital. Estes subsidiarão a articulação entre as narrativas e o referencial teórico da pesquisa.

Diante disso, vale esclarecer que as narrativas não são utilizadas apenas como relatos ilustrativos das experiências vividas. Neste estudo, elas assumem caráter analítico, constituindo-se como dispositivo metodológico capaz de produzir conhecimento sobre as maternidades amazônicas. Ao serem articuladas ao referencial teórico, permitem compreender como as categorias discutidas ao longo do texto (cuidado, resistência, devir e infância) materializam-se nas experiências concretas das autoras.

Desse modo, compreender o maternar na Amazônia implica reconhecer as múltiplas formas pelas quais as mulheres organizam e reinventam práticas de cuidado e educação. Muitas vezes, em contextos de adversidade, essas mulheres desafiam os estereótipos e preservam suas culturas ancestrais. Tais práticas evidenciam não apenas

estratégias de sobrevivência, mas também modos de resistência e produção de sentidos sobre a infância, garantindo que seus direitos sejam atendidos e fortalecidos.

INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O DEVIR-INFÂNCIA DE DIREITOS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Na sociologia da infância, Corsaro (2011) desloca a criança da posição de receptora passiva para a de participante ativa das relações sociais. O conceito de reprodução interpretativa indica que as crianças se apropriam de elementos do mundo adulto, mas os reelaboram em suas culturas de pares. Para este artigo, essa formulação é decisiva porque impede que as crianças apareçam apenas como objetos do cuidado materno: elas respondem, negociam, demandam e transformam quem cuida.

As rotinas culturais descritas por Corsaro (2011) oferecem segurança e pertencimento, mas não são neutras, elas distribuem lugares, tarefas e expectativas entre adultos e crianças. Nas narrativas analisadas, momentos como acompanhar tarefas, interromper a escrita para brincar ou reorganizar horários não são apenas detalhes domésticos: são situações em que se negociam cuidado, autonomia, vínculo e autoridade.

Sarmiento (2011), ao discutir o “ofício de criança”, reforça que a infância possui modos próprios de ação e produção simbólica. Brincadeiras, linguagens e usos de objetos não representam meras preparações para a vida adulta, constituem formas presentes de participação social. Essa perspectiva sustenta a noção de infâncias de direitos, pois reconhece que proteção e cuidado devem coexistir com escuta, expressão e participação.

Corsaro (2011) e Sarmiento (2011) convergem ao afirmar a pluralidade das infâncias, mas essa pluralidade precisa ser articulada às desigualdades. Reconhecer a agência infantil não significa ignorar dependências materiais ou assimetrias geracionais. Crianças atuam nas relações, porém suas possibilidades de participação são condicionadas pelas condições de vida das famílias, pela presença de serviços públicos e pelas formas como os adultos interpretam suas necessidades.

Além disso, destaca-se a contribuição de Ariès (1986), que reside em historicizar a infância e demonstrar que as formas de percebê-la se transformam. Entretanto, sua interpretação, construída a partir da experiência europeia, não pode ser tomada como trajetória universal. Aplicada de maneira direta à Amazônia, ela correria o risco de

converter formas comunitárias de cuidado em sinais de atraso, reproduzindo a mesma hierarquia colonial que este estudo busca questionar.

Por isso, o diálogo com Ariès (1986) é realizado de modo crítico: sua obra ajuda a compreender a historicidade da infância, enquanto Corsaro (2011), Sarmiento (2011) e Rosemberg (2006) permitem analisar infâncias múltiplas, agência infantil e desigualdades brasileiras. Desse modo, o ponto central não é estabelecer quando surgiu um sentimento único de infância, mas compreender como diferentes regimes de cuidado e proteção reconhecem, ou negam, crianças como sujeitos de direitos.

No Brasil, a efetivação desses direitos é atravessada por desigualdades raciais, econômicas e territoriais. Rosemberg (2006) evidencia que políticas para crianças pequenas foram historicamente fragmentadas e que mulheres e crianças possuem reduzido poder de negociação política. Essa formulação aproxima a discussão da organização social do cuidado: quando políticas são insuficientes, a garantia cotidiana de alimentação, educação, saúde e proteção recai de forma intensificada sobre as redes familiares, especialmente sobre as mulheres.

Desse modo, o “devir-infância de direitos” não designa uma essência infantil nem um estado futuro plenamente alcançado. Trata-se de um processo aberto, produzido nas relações e nas disputas por reconhecimento, participação e condições dignas de vida. O devir destaca a transformação, e os direitos oferecem o horizonte ético e político que impede de romantizar a adaptação das famílias à precariedade.

Essa formulação conduz à discussão sobre a organização social no que se refere à construção social da infância, bem como do cuidado que a sustenta. Torna-se necessário, portanto, examinar como normas de gênero distribuem esse trabalho e como as mulheres, sem deixarem de sofrer seus efeitos, constroem práticas de resistência.

Nas sociedades modernas, por exemplo, mudanças no arranjo estrutural social de categorias como gênero, ocupação ou trabalho, família e classe social resultaram em muitas mães trabalhando fora de casa, enquanto seus filhos pequenos passam grande parte de seu tempo em contexto institucional como creches e programas de educação infantil, os quais não existiam no passado (Corsaro, 2011, p. 16).

Embora Ariès (1986) tenha contribuído para historicizar o universo infantil, sua interpretação tem sido tensionada por estudos contemporâneos que reconhecem a existência de múltiplas infâncias produzidas em diferentes contextos sociais e culturais. Nesse sentido, compreender as condições infantis amazônicas implica reconhecer que suas experiências não podem ser explicadas apenas pela trajetória histórica europeia, exigindo análises situadas nas especificidades brasileiras e amazônicas.

A desigualdade social constitui um elemento estruturante da realidade vivida por crianças pequenas no Brasil, incidindo diretamente nas condições de existência das famílias e, conseqüentemente, nas práticas de cuidado materno. O país não se caracteriza pela escassez absoluta de recursos, mas pela profunda concentração de renda, o que produz um cenário em que o Brasil não é um país pobre, mas um país com intensa desigualdade na distribuição de renda.

As políticas públicas voltadas à infância pequena apresentam histórico de fragmentação e baixa prioridade institucional, o que impacta diretamente a materialização de direitos. Rosemberg (2006, p. 3) ressalta que “[...] as políticas públicas para as crianças pequenas são fragmentadas [...]”, ou seja, estão dispersas entre diferentes esferas governamentais e setores sociais.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento das crianças como sujeitos sociais, especialmente na primeira infância, quando as formas de expressão e participação ainda são mediadas por relações de dependência. Rosemberg (2006, p. 3) questiona a efetivação desse reconhecimento ao indagar “Como se traduz, na prática social e política, a condição de ator social para bebês cuja forma de comunicação se utiliza de outros canais que não a linguagem falada [...]”.

A persistência de desigualdades raciais e territoriais evidencia que a infância brasileira é atravessada por processos históricos de exclusão que se atualizam nas condições de vida contemporâneas. Ainda segundo Rosemberg (2006), os piores indicadores sociais recaem sobre crianças negras, pobres e residentes em determinadas regiões, demonstrando que a desigualdade “[...] não é circunstancial, mas, ao contrário, é histórica e estrutural” (Rosemberg, 2006, p. 6).

Por fim, ressalta-se que compreender as maternidades amazônicas como práticas de resistência implica reconhecer a centralidade do cuidado na produção de direitos e na sustentação da vida em contextos de precarização. No entanto, conforme Rosemberg (2006, p. 4), o reduzido interesse público pela criança pequena está relacionado ao “[...] pequeno poder de negociação política de crianças pequenas e mulheres [...]”, o que evidencia a necessidade de tensionar as estruturas institucionais e epistemológicas que invisibilizam tais sujeitos.

Dito isso, a compreensão da infância como construção social constitui o fundamento para discutir, na seção seguinte, como as maternidades amazônicas produzem práticas de cuidado atravessadas por relações de poder e resistência.

MATERNIDADES ATRAVESSADAS: TENSÕES ENTRE CUIDADO, OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

Para alcançar o segundo objetivo específico – Compreender as maternidades como práticas sociais, políticas e atravessadas por relações de poder, destacando os tensionamentos entre cuidado, opressão e resistência – foi realizada uma revisão bibliográfica fundamentada em textos de autoras feministas, como Dias e Barros (2023) e Antoniazzi (2021).

As maternidades podem ser entendidas como práticas que vão muito além do ato de cuidar de uma criança. Elas são construídas dentro da sociedade e, por isso, estão ligadas a regras, valores e formas de organização que influenciam a vida das mulheres. Isso significa que ser mãe não é apenas uma escolha individual, mas também uma experiência atravessada por questões sociais, políticas e culturais.

O cuidado, por exemplo, costuma ser visto como algo natural das mulheres. No entanto, ele é uma prática social e política, ou seja, envolve responsabilidades que deveriam ser compartilhadas por toda a sociedade, não apenas pelas mulheres. Quando o cuidado fica concentrado apenas nas mães, isso pode gerar sobrecarga e desigualdade.

As maternidades não podem ser vistas apenas como algo natural ou instintivo. Por isso, é importante entender que as experiências das mulheres são diferentes e marcadas por fatores como raça, classe e território. Isso significa que nem todas as mulheres vivem a maternidade da mesma forma, pois muitas enfrentam situações de desigualdade, invisibilidade e vulnerabilidade.

Além disso, as maternidades também são marcadas por relações de poder. Muitas vezes, a sociedade impõe modelos do que seria uma boa mãe, criando cobranças e padrões difíceis de alcançar. De acordo com Michel Foucault (1979), o poder está presente nas normas e discursos que orientam o comportamento das pessoas, influenciando como elas devem agir “[...] um controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (Foucault, 1979, p. 12). No caso das maternidades, isso aparece nas expectativas sociais sobre como cuidar, educar e se comportar.

Em outras palavras, a gestação e a maternidade possuem diferentes consequências caso as analisemos sob outros marcadores, como de raça ou classe, como indicamos a partir de Angela Davis. Mas, justamente pelo trabalho reprodutivo recair sobre as mulheres, escolhemos o recorte de gênero: ter o corpo biológico de uma mulher não deveria ter por consequência o fato de caber às mulheres o trabalho reprodutivo e as práticas do cuidado (Antoniazzi, 2021, p. 4).

A leitura foucaultiana permite compreender que os discursos sobre a boa mãe operam como tecnologias de poder que regulam comportamentos e produzem expectativas sociais sobre o cuidado. No entanto, tais normas não eliminam a capacidade de resistência das mulheres, que reinterpreta essas prescrições a partir de suas experiências concretas, produzindo outras formas de maternar.

Esse maternar não se limita ao ato de gerar e parir uma criança. Ele se constitui, sobretudo, nas práticas de cuidado, afeto, proteção e educação que atravessam o cotidiano. Nesse sentido, ser tia ou tio também pode ser uma forma de maternar, pois envolve presença, vínculo e responsabilidade compartilhada na vida da criança. Dessa forma, pensar o maternar para além do biológico é reconhecer que o cuidado é uma prática social e coletiva. Ele não deve ser entendido como uma obrigação individual, mas como uma responsabilidade que pode ser partilhada entre diferentes sujeitos. Assim, tias, tios, avós, avôs, madrinhas, padrinhos, líderes comunitários entre outros também participam da construção das infâncias.

No contexto de muitas famílias brasileiras, especialmente em territórios amazônicos, é comum que o cuidado com as crianças seja compartilhado. A tia, nesse cenário, não ocupa apenas um papel secundário, mas muitas vezes atua como referência afetiva, educadora e protetora. Ela ensina, escuta, acolhe e participa da formação da criança.

Além disso, o maternar exercido na condição de tia pode ser compreendido como uma prática de resistência, especialmente quando rompe com a ideia de que apenas a mãe biológica é responsável pelo cuidado. Nessa perspectiva, valorizar diferentes experiências e lugares de fala torna-se fundamental, uma vez que, dessa forma, reconhece-se que as vivências das mulheres são diversas e plurais. Como apontam Dias e Barros (2023, p. 1), ao dialogarem com bell hooks, a maternagem, especialmente a maternagem negra, desempenha um papel central na formação de sujeitos capazes de resistir e afirmar sua identidade.

Em linhas gerais, hooks (2020) reconhece os atravessamentos por detrás de cada maternar, e apesar de tecer considerações sobre a existência de mães que reverberam violência, a mesma não deixa de reconhecer suas contribuições. O próprio reconhecimento que a autora registra em seus escritos sobre os esforços de sua mãe — Rosa Bell — para que ela e seus seis irmãos pudessem ter orgulho de si e lutar para ter sua independência, diz muito sobre o quanto a sua teorização possui fundamento. Foi na vivência familiar e maternal que a mesma pôde constatar de perto os louros e as faltas de um papel e um lugar social tão demandante (Dias; Barros, 2023, p. 4).

Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser compreendido apenas como responsabilidade privada e passa a constituir prática política de produção da vida. Essa compreensão aproxima-se das experiências amazônicas apresentadas neste estudo, nas quais o cuidado compartilhado evidencia formas coletivas de resistência diante das desigualdades sociais.

Essas práticas de resistência valorizam saberes tradicionais, redes de apoio e experiências coletivas, evidenciando que o maternar ultrapassa o âmbito individual e se inscreve em uma dimensão comunitária. Nesse sentido, ser mãe, ou exercer o cuidado, também implica lutar por melhores condições de vida, acesso a direitos e reconhecimento social.

Nesse sentido, a maternidade é atravessada por tensões relacionadas ao trabalho, à educação e à saúde. Estudos como os de Cavalcanti e Baía (2017) demonstram que o retorno ao trabalho após a licença maternidade é marcado por conflitos, sentimento de culpa e sobrecarga, evidenciando a persistência de uma lógica que responsabiliza quase exclusivamente às mulheres pelo cuidado. Essa condição impacta diretamente a permanência e o desenvolvimento das mulheres em diferentes espaços sociais.

No campo educacional, pesquisas como a de Pessanha (2023) indicam que a maternidade implica reconfigurações importantes nas trajetórias acadêmicas das mulheres, tendo em vista que estas passam a negociar constantemente entre suas demandas formativas e as exigências do cuidado. Já no campo da saúde, Dodou, Rodrigues e Oriá (2017) apontam a necessidade de abordagens mais humanizadas, que considerem a integralidade das experiências maternas.

Essas tensões também se refletem em dados estatísticos. O Brasil passou por uma redução muito forte da natalidade, entre os anos de 1960 e 2022, segundo IBGE. Trata-se de uma evolução da taxa de fecundidade e uma mudança no comportamento demográfico no Brasil. Os números apontam que, nesse período, houve uma queda significativa no país (6,28 filhos por mulher) para 1,55, o que está abaixo do nível de reposição populacional, cerca de 2,1.

A região Norte seguiu a mesma tendência. No entanto, mesmo em queda, ainda sustenta a mais alta taxa em 1960: 8,56. Esse é um reflexo da ruralidade e do acesso precário a serviços como saúde e educação. Em 2022, a queda foi de 1,89%. Os principais fatores dessa transformação são: maior escolaridade das mulheres, inserção no mercado de trabalho e acesso a métodos contraceptivos. Tais informações estão representados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Taxa de Fecundidade no Brasil entre os anos de 1960 e 2022

Ano	Localização	Total de Filhos por mulher
1960	Brasil	6,28
1960	região Norte	8,56
2022	Brasil	1,55
2022	região Norte	1,89

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2022.

Os dados da Tabela 2, a seguir, apontam as desigualdades marcantes entres os grupos de cor e raça. As mulheres indígenas encontram-se no topo da lista, com 2,84 filhos por mulher, um número bem superior ao registrado em relação às mulheres pardas (1,68), às pretas (1,59) e as brancas (1,35). Esses números mostram que a fecundidade no Brasil não é homogênea e está relacionada a fatores sociais, econômicos, culturais e políticos.

Tabela 2: Taxa de Fecundidade no Brasil por Cor/Raça em 2022

Cor/Raça	Total de Filhos por mulher
Indígenas	2,84
Pardas	1,68
Pretas	1,59
Brancas	1,35

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2022.

No mercado de trabalho, as desigualdades também são expressivas. Mulheres com filhos pequenos apresentam menor taxa de ocupação (54,6%) em comparação aos homens (89,2%). Além disso, são mais afetadas quando se trata de mulheres pretas e pardas. No âmbito doméstico, as mulheres dedicam, em média, 21,4 horas semanais ao trabalho de cuidado, quase o dobro do tempo dedicado pelos homens (IBGE, 2021).

No campo educacional, embora as mulheres apresentem maior nível de escolaridade – (19,4%), incluindo o ensino superior completo, em detrimento dos homens (15,1%) –, essa conquista não se traduz em igualdade no mercado de trabalho. Ademais, o acesso à educação infantil ainda é limitado. Em 2022, apenas 36% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creche, um impacto causado pela decisão familiar e pela falta de vagas, fatores determinantes para a não frequência.

Tabela 3: Escolaridade entre mulheres e homens

Mulheres	Ensino Superior Completo	19,4%
Homens		15,1%

Fonte: Agência Notícia (IBGE, 2021).

Para discutir a maternidade amazônica, é necessário reverberar as interseccionalidades, bem como as desigualdades de gênero, racial e territoriais. Os desafios históricos e culturais fundamentam a resistência dos povos da terra, das águas e das florestas, principalmente as mulheres, tendo em vista o contexto vivenciado entre rios e comunidades isoladas por distância continentais.

Nesse sentido, a realidade amazônica contrapõe o cenário urbano, dado que o acesso às localidades impõe barreiras estruturais e naturais. As relações entre urbano e rural apontam o distanciamento entre políticas públicas de acesso à saúde materno-infantil, revelando a vulnerabilidade das mulheres da região Norte.

As desigualdades históricas e estruturais desvelam as diferenças territoriais e culturais, mas, ao mesmo tempo, apresentam modos de vida, organização social diferenciada e valores culturais próprios sobre a maternidade e a família. Essa realidade sinaliza a necessidade de políticas públicas diferenciadas e adequadas, principalmente para as mulheres das comunidades tradicionais e indígenas.

As diferenças regionais persistem. Mesmo com diversos avanços, o Norte ainda apresenta índices preocupantes. Reduzir efetivamente as desigualdades socioeconômicas, de gênero, raciais e territoriais é um dos caminhos para trazer a infância de direitos, materno-infantil para o centro das políticas sociais. Por meio disso, garante-se o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, à proteção e à participação, conforme assegurado pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Dessa forma, as maternidades se constituem em meio a tensões: ao mesmo tempo em que envolvem cuidado e afeto, também são atravessadas por opressões e desigualdades. No entanto, é justamente nesses contextos que emergem práticas de resistência, por meio das quais as mulheres reinventam o maternar e afirmam seus modos de viver, cuidar e educar.

As narrativas a seguir constituem material empírico e são apresentadas em primeira pessoa para preservar a posição situada das pesquisadoras. Após cada relato, são explicitadas as relações entre acontecimentos narrados e categorias teóricas. O objetivo não é oferecer modelos exemplares de maternidade, mas analisar como

cuidado, culpa, apoio, formação, trabalho e participação infantil se combinam em experiências concretas.

NARRATIVAS DE MATERNAR: EXPERIÊNCIAS DE MÃE E TIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Conforme mencionado anteriormente, as narrativas apresentadas a seguir não possuem função meramente autobiográfica. Constituem material empírico que dialoga com as discussões anteriores, permitindo compreender como cuidado, resistência, devir e maternidades coletivas se concretizam nas experiências das pesquisadoras. Dessa forma, nesta seção, propõe-se refletir, a partir das experiências de uma mãe e de uma tia no contexto amazônico, sobre os desafios e sentidos atribuídos à maternidade. Trata-se de um relato em primeira pessoa que evidencia o maternar como prática construída por afetos, responsabilidades, redes de apoio e aprendizagens ao longo do tempo.

Minha trajetória como pesquisadora não foi linear como imaginei ao concluir o ensino médio. Aos 19 anos, o sonho da universidade foi atravessado por uma gravidez inesperada. Senti pânico, medo e angústia, principalmente diante da possibilidade de não possuir condições materiais para atender às necessidades do bebê. O ideal da “mãe perfeita” confrontou-se com a realidade e com as fragilidades sociais que, segundo Nascimento (2012) e Fonseca *et al.* (2013), ultrapassam a dimensão econômica.

Por volta do terceiro mês, ouvir os batimentos cardíacos no ultrassom transformou minha relação com a gestação. Aquele som fortaleceu um vínculo inexplicável, reduziu as incertezas, trouxe esperança e um novo sentido. Após uma gravidez tranquila, meu primeiro filho nasceu em 2009, tornando concreta minha responsabilidade pelo cuidado.

Os primeiros meses foram marcados pela inexperiência, pelo cansaço e pela dupla jornada de trabalhadora e mãe. O apoio e os ensinamentos de minha mãe foram essenciais na divisão dos cuidados. Essa experiência dialoga com Rapoport e Piccinini (2006), pois destacam a importância das redes de apoio social para a vivência da maternidade, especialmente após o nascimento e no retorno ao trabalho.

Quando meu filho completou seis meses, ingressei no curso de Pedagogia, motivada pelo desejo de compreender seu desenvolvimento. A faculdade tornou-se um laboratório vivo: estudava os conceitos e os reconhecia em casa. Assim, a maternidade

deixou de representar apenas um papel social e passou a constituir espaço de aprendizagem e transformação.

Em 2020, com estabilidade financeira e sem planos de outra gravidez, engravidei novamente, apesar do uso do DIU. Desta vez, a elaboração dos novos sentimentos foi bem diferente do que vivenciei na primeira gravidez. A gestação ocorreu durante a pandemia de COVID-19, cercada por medo, sangramentos e incertezas. No oitavo mês, fui diagnosticada com a doença. Meu segundo filho nasceu como expressão de resistência, contando com o apoio incondicional do pai. Emidio; Okamoto; Santos (2023) demonstram que a pandemia intensificou a solidão, a sobrecarga e o esgotamento das mães trabalhadoras.

Em 2025, decidi tornar-me pesquisadora, conciliando a vida acadêmica com a maternidade de um adolescente e de uma criança pequena. Mesmo conhecendo as teorias do desenvolvimento, a prática permanece desafiadora, pois cada filho exige diferentes formas de presença, escuta e cuidado.

Entre livros, artigos, prazos e demandas familiares, convivo com a angústia de tentar ser a “boa mãe”, pois, muitas vezes, o silêncio da pesquisa é interrompido pelo chamado do filho de 5 anos ou pela preocupação com a carreira do filho mais velho. Coerente com essa vivência, Rich (1986) compreende a maternidade também como instituição de controle, percepção presente na cobrança interna constante. Em hooks (2020), encontro o cuidado como prática política e afetiva: quando o tempo é curto, procuro vivê-lo por inteiro.

Hoje, reconheço que não sou a mesma mulher do início dessa trajetória. Meus filhos, que impulsionam minha pesquisa, e minha escrita são metaforicamente meu combustível. Como propõem Deleuze e Guattari (1997), permaneço em constante devir, reinventando diariamente minha forma de maternar no contexto amazônico, onde o cuidado se constrói coletivamente.

Essa experiência demonstra que a maternidade ultrapassa a dimensão biológica e se produz nas relações sociais. Os desafios narrados dialogam com Rich (2001), hooks (2020) e Antoniazzi *et al.* (1998), tendo em vista a sobrecarga feminina e a dimensão política do cuidado. Assim, a narrativa expressa experiências compartilhadas por muitas mulheres, o que evidencia a maternidade como espaço de resistência, vínculo e transformação.

Já no devir-tia, no que tange à segunda pesquisadora, o maternar iniciou-se ainda na adolescência, quando meu desejo era constituir uma família nos moldes tradicionais: casar-se, ter filhos biológicos e cuidar deles. Ao iniciar meu

relacionamento, aos 15 anos, esse projeto de vida esteve presente em muitas conversas. No entanto, diante das reflexões sobre uma possível maternidade precoce, optei por priorizar meus estudos, mas mantive o relacionamento, o qual se estende até os dias atuais (2015-2026).

A experiência do maternar, contudo, ressignificou-se quando minha irmã teve seu filho. Nos primeiros anos de vida dele, o cuidado foi compartilhado entre mim, meu irmão, minha mãe e meu pai, o que se configurou como uma rede familiar de apoio. Nesse contexto, comecei a assumir, ainda que de forma não nomeada, naquele momento, um lugar de cuidado mais próximo e constante.

Quando ele completou cinco anos, em 2019, eu já havia ingressado no curso de Pedagogia, em uma universidade pública. Foi nesse período que nossas relações se transformaram de maneira mais intensa. Ele passou a ser, de forma muito significativa, parte das minhas experiências de aprendizagem, tornando-se alguém com quem eu experimentava formas de ensinar, dialogar e compreender o processo educativo. Mais do que uma “cobaia” de estudos, ele se tornou um sujeito central na construção da minha identidade como educadora.

Com o tempo, percebi que aquele vínculo ultrapassava a relação de tia e sobrinho. O que antes era apenas proximidade familiar foi se transformando em um laço marcado por afeto profundo, cuidado cotidiano e responsabilidade. Ao ensiná-lo, orientar suas atividades e acompanhar seu desenvolvimento, compreendi que sua educação também se tornava, de alguma forma, minha responsabilidade.

Logo em seguida, corrige-se: “Descobrimos que o problema não é tanto que todas as pessoas estavam lá dentro [do útero] e depois nasceram, mas que no início todas as pessoas foram *dependentes* de uma mulher” (Winnicott, 2011, p. 192, grifo do autor).

Dessa forma, há uma tensão sobre o que seria o critério definidor do conceito de MULHER. Se se trata dos cuidados maternos, pode-se avaliar contextualmente cada história individual ou mesmo supor a existência de grupos onde a subjetivação permita descobrir um HOMEM, uma AVÓ, uma CRECHE ou qualquer outra denominação para aquela figura que permitiu o estabelecimento da dependência (Miranda; Timo; Belo, 2019, p. 7).

Essa experiência aproxima-se da compreensão de que o cuidado pode ser exercido por diferentes sujeitos e não depende exclusivamente da maternidade biológica. Esse cuidado é construído no vínculo, na responsabilidade e na disponibilidade afetiva para com a criança. Inclusive, ao escrever esta seção, percebo o quanto o maternar se faz presente nas pequenas interrupções do cotidiano. Precisei parar várias vezes para ajudá-lo a construir seu castelo de papelão, assistir a um episódio do seu desenho favorito, estender a rede para que ele pudesse descansar e acolhê-lo em seu

choro quando o castelo rasgou, momento em que, juntas, nossas mãos colaram novamente as partes com fita. Essas pausas, longe de serem interrupções, são, na verdade, expressões concretas do cuidado, revelando que o materno acontece no agora, nas demandas simples e afetivas do dia a dia.

Durante minha trajetória na universidade, o contato com colegas que eram mães de filhos biológicos e adotivos ampliou ainda mais meu olhar sobre as diferentes formas de materno. Essas vivências provocaram em mim um (re)olhar sobre o sentimento que nutria pelo meu sobrinho. Aos poucos, fui compreendendo que o desejo de uma maternidade biológica foi ressignificado com a chegada dele.

Percebi, então, que o materno não está necessariamente ligado ao parir, mas ao cuidar, educar, acompanhar e amar. Segundo Miranda, Timo e Belo (2019, p. 8), “Como veremos, Winnicott apresenta uma construção de gênero bem marcada por fatores biológicos, sem problematizar sobre estas construções, que são sociais”. No entanto, mesmo não tendo gerado, eu me reconhecia naquele lugar de quem orienta, protege e se preocupa. Ele passou a ser parte de mim não apenas como sobrinho, mas como um filho do coração.

Escrever sobre essa experiência também é um gesto de afeto. Espero que, futuramente, ele possa ler este relato e compreender que foi e continua sendo profundamente amado, a ponto de se tornar parte essencial da minha escrita, da minha formação e do meu modo de materno.

Nessa perspectiva, a experiência do devir-tia amplia a compreensão de maternidade defendida neste trabalho ao evidenciar que o cuidado também se constitui em vínculos afetivos não biológicos. A narrativa demonstra que o materno pode ser compartilhado por diferentes sujeitos, reafirmando a centralidade das redes familiares e comunitárias presentes no contexto amazônico.

Comparadas, as narrativas apresentam convergências e diferenças. Ambas mostram que o cuidado transforma trajetórias e depende de redes; contudo, a primeira é atravessada pela responsabilidade jurídica e social atribuída à mãe, enquanto a segunda se constitui por vínculo eletivo e compartilhamento familiar. Essa diferença impede que toda experiência de cuidado seja nomeada de modo indiferenciado como maternidade.

As duas experiências também revelam o limite político das soluções familiares. O apoio de avós, tias e companheiros sustenta direitos cotidianos, como proteção, educação e afeto, mas não substitui creche, saúde, renda, transporte e políticas de conciliação entre cuidado, estudo e trabalho. Assim, a resistência das redes deve ser

reconhecida como produção de vida e, simultaneamente, como denúncia das condições que tornam sua atuação indispensável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender que a maternidade, especialmente no contexto amazônico, não pode ser reduzida a uma experiência biológica ou individual, mas deve ser entendida como uma construção social, histórica e cultural, atravessada por relações de poder, desigualdades e múltiplos sentidos. Ao dialogar com os estudos feministas e com a sociologia da infância, evidenciou-se que tanto o maternar quanto a infância são categorias em constante construção, marcadas por disputas, resistências e reinvenções.

A análise da infância como construção social possibilitou reconhecer as crianças como sujeitos ativos, produtores de cultura e participantes de seus próprios processos de desenvolvimento. No contexto amazônico, essa compreensão se amplia ao considerar as especificidades territoriais, culturais e sociais que atravessam as experiências infantis, evidenciando a necessidade de garantir infâncias de direitos a partir de perspectivas situadas e sensíveis às realidades locais.

No que se refere às maternidades, foi possível compreender que o cuidado não é uma responsabilidade natural das mulheres, mas uma prática social e política que, historicamente, tem sido atribuída de forma desigual. Diante disso, as maternidades revelam tensões entre cuidado, opressão e resistência, ao mesmo tempo em que expõem desigualdades de gênero, raça, classe e território. Contudo, também se configuram como espaços potentes de resistência, nos quais as mulheres constroem estratégias para cuidar, educar e garantir direitos, muitas vezes em condições adversas.

As narrativas apresentadas reforçam essa compreensão ao evidenciar que o maternar se constrói no cotidiano, nas relações e nos afetos. A experiência da maternidade biológica e do maternar como tia demonstram que o cuidado ultrapassa os laços sanguíneos, constituindo-se como prática compartilhada e coletiva. Nesse sentido, o maternar se revela como um processo em constante transformação, marcado por aprendizagens, desafios e vínculos que se constroem ao longo da vida.

Assim, mais do que confirmar pressupostos teóricos, este estudo evidencia que as narrativas constituíram elemento fundamental para compreender as maternidades amazônicas como experiências políticas, coletivas e territorializadas. Nesse sentido, a articulação entre teoria e experiência permitiu demonstrar que o cuidado, quando

analisado em contextos amazônicos, assume formas de resistência que desafiam concepções universalizantes de maternidade.

Por fim, compreende-se que as maternidades amazônicas produzem práticas de cuidado e resistência fundamentais para a construção de devir-infâncias de direitos. Reconhecer essas práticas implica valorizar saberes locais, fortalecer redes de apoio e tensionar estruturas que invisibilizam mulheres e crianças. Logo, mais do que garantir a sobrevivência, o maternar, nesse contexto, afirma modos de existir, educar e cuidar que contribuem para a produção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com os direitos das infâncias.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Angela Maria et al. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 3, n. 2, p. 273-294, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000200006>. Acesso em: 8 set. 2026.

ANTONIAZZI, Carolina Bernardini. Maternidade: uma forma de opressão? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 92-103, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p92-103>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cefp/article/view/191555>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/333887505-livro-aries-philippe-historia-social-da-crianca-e-da-familia-pdf.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ÁVILA, Alana Aragão. Armadilhas da culpabilização materna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e65236, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n265236>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hwK7kLrKkRb9pRy6NtDvR3R/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; BAÍIA, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. In: **Seminário internacional fazendo gênero, 11.; Women's worlds Congress, 13.**, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos, Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457316_ARQUIVO_Sermaenomundodotrabalho.pdf?utm. Acesso em: 8 set. 2026.

CORSARO, William Arnold. **Sociologia da infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/796096763/Sociologia-da-infancia-William-A-Corsaro-z-lib-org>. Acesso em: 27 mar. 2026.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. Vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997. Disponível em: <https://caminho-do-link-ou-repositorio.com>. Acesso em: 8 set. 2026.

DIAS, Júlia Terena de Souza Lima; BARROS, Carlos Cesar. Maternagem negra e amor no pensamento de bell hooks: um caminho de reconhecimento e resistência para a criança negra. *In: Seminário de iniciação científica da UEFS*, 27., 2023, Feira de Santana. **Anais** [...]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/780764960/Julia-Terena-de-Souza-Lima-Dias>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DODOU, Hilana Dayana; RODRIGUES, Dafne Paiva; ORIÁ, Mônica Oliveira Batista. O cuidado à mulher no contexto da maternidade: caminhos e desafios para a humanização. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 222-230, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i1.222-230>. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23949>. Acesso em: 6 ago. 2026.

EMIDIO, Thaís Siqueira; OKAMOTO, Mariana Yumi; SANTOS, Manoel Antônio dos. Solidão e sobrecarga materna em tempos de pandemia de COVID-19 à luz da escuta psicanalítica dos vínculos. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 28, n. 3, p. 505-520, jul./set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712023280307>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sX5jJqgcFvTSrmzNzDvjSHf/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2026.

FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris; SANTOS, Rocky Lane dos; DIAS, Orlene Veloso; COSTA, Simone de Melo. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Qtvk8gNNVtnzhyqhDRtLX6R/?lan>. Acesso em: 8 set. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/782650913/FOUCAULT-Michel-Microfisica-do-poder>. Acesso em: 27 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: fecundidade e migração: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 90 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102187.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência de Notícias IBGE**, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. **Agência de Notícias IBGE**, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MIRANDA, Jhonatan Jeison de; TIMO, Alberto Luiz Rodrigues; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Crítica à teoria da maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, e176863, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/475d6fx59GMGvPywDCdS73f/>. Acesso em: 6 ago. 2026.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, número especial, p. 39-44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cj3wKXhg7xYxhtgFjwclzMf/?lan>. Acesso em: 8 set. 2026.

PESSANHA, Larissa Figueiredo. Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 306-331, 2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1515?utm_source. Acesso em: 8 set. 2026.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009. Acesso em: 6 ago. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RICH, Adrienne. **Of woman born**: motherhood as experience and institution. 10th anniversary ed. New York: W. W. Norton, 1986.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2026.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 49-85. Disponível em:

https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/artigos/CRIAN%C3%83%E2%80%A1A_PEQ_UENA_E_DESIGUALDADE_SOCIAL_NO_BRASIL_F%C3%83%C2%BAlvia_Rosemberg.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 581–602, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.7867/1809-0354.2011v6n3p581-602>. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/c6d446d1-82d0-49f8-b1f3-80daf7fd5f89>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106–131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 6 ago. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/419777399/SEVERINO-Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

ENTRE RIOS, CUIDADOS E RESISTÊNCIAS: MATERNIDADES AMAZÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DE DEVIR-INFÂNCIAS DE DIREITOS

Between rivers, care, and resistance: amazonian motherhoods and the construction of childhoods as a process of rights

Carolina Brandão Gonçalves

Doutorado em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)
Manaus, Brasil
cbgoncalves@uea.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-9527-6322>

Maria Lúcia do Nascimento de Oliveira

Graduação em Pedagogia
Universidade do Estado do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)
Manaus, Brasil
lucia79.mary@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4977-9006>

Aisla Yasmin Monteiro dos Santos Costa

Graduação em Pedagogia
Universidade do Estado do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)
Manaus, Brasil
aymdsc.edc25@uea.edu.br
<https://orcid.org/0009-0005-4185-0874>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Av. Torquato Tapajos, n. 6740, cond. River Park . Torre 16 apto 304, Colonia Terra Nova. 69093-415, Manaus, AM, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Carolina Brandão Gonçalves, Maria Lúcia do Nascimento de Oliveira e Aisla Yasmin Monteiro dos Santos Costa, bem como à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), pelo apoio à realização deste trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: C.B.Gonçalves, M.L. N. Oliveira, A.Y.M.A.R.Costa

Coleta de dados: M.L. N. Oliveira, A.Y.M.A.R.Costa

Análise de dados: M.L. N. Oliveira, A.Y.M.A.R.Costa

Discussão dos resultados: M.L. N. Oliveira, A.Y.M.A.R.Costa

Revisão e aprovação: C.B.Gonçalves

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-03-2026 – Aprovado em: 06-09-2026 – Publicado em: 12-10-2026